

Ecos da Rio-92:

o dito e o não-dito no discurso do prefeito Marcello Alencar no fórum global

Echoes of Rio-92: The Said and the Unsaid in Mayor Marcello Alencar's
Speech at the Global Forum

Luiza Gasparelli Barbosa

Cursa o 5º período de Arquivologia na UNIRIO, e é graduada em Relações
internacionais pelo IBMR

Jaiane Alves da Silva

Cursa o 6º período de Arquivologia na UNIRIO, e é graduada em Pedagogia pela
UniverCidade

Ketely Silva

Cursa o 5º período em Arquivologia na UFF
arquivopermanente.agcrj@prefeitura.rio

RESUMO: Este artigo realiza uma análise da minuta do discurso redigido pelo ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, para evento durante o Fórum Global 92, parte do evento da Rio-92. O estudo destaca a relevância do documento para a memória institucional da cidade, analisando as principais ideias do discurso, o dito e o não-dito, em suas relações com o contexto político, social e ambiental da época de sua produção. A pesquisa é fundamentada em uma análise qualitativa, valorizando o acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro como fonte primária para a compreensão histórica e valorização do patrimônio arquivístico municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Fórum Global; Rio-92; Meio Ambiente; Marcello Alencar.

ABSTRACT: This article contains an analysis of the draft speech written by former Rio de Janeiro mayor Marcello Alencar at an event during the Global Forum 92, which was part of the Rio-92 Conference. The study emphasizes the document's significance in the city's institutional memory by examining the speech's central ideas, the written and the unwritten, and their own relations to the political, social, and environmental context during its creation. The analysis is based on qualitative research that values the collection of the General Archives of the City of Rio de Janeiro as a primary source for understanding and appreciating the city's archival heritage.

KEYWORDS: Global Forum; Rio-92; Environment; Marcello Alencar.

Introdução

O “nosso Woodstock” foi assim que a revista Domingo, do periódico Jornal do Brasil, se referiu à união de empresários e ambientalistas para realizar a “festa mundial do meio ambiente”, (Domingo, 1990, p.9) que seria a Rio-92. Cerca de 180 chefes de Estado e de governos e nove mil jornalistas de todos os lugares do mundo, se reuniram, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, para debater assuntos relacionados ao meio ambiente (Milhorange, 2012).

Vinte anos antes, em 1972, a Organização das Nações Unidasⁱ (ONU) realizou em Estocolmo, na Suécia, a primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente, reunindo representantes de 113 países para debater a temática ambiental em escala global. O evento ficou conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Organização das Nações Unidas, 2025).

Como resultado desta reunião, foi produzido um documento de grande valor para sustentabilidade ambiental, a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como “Declaração de Estocolmo”. Essa declaração é um marco fundamental para a preservação ambiental do planeta, sendo instituídos princípios para uma gestão ambiental consciente, além de promover o diálogo e cooperação internacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre as questões ambientais. Sendo assim, no dia 5 de junho, quando se iniciou a conferência em Estocolmo, esta data foi instituída como o Dia do Meio Ambiente (Organização das Nações Unidas, 2025).

A partir deste marco internacional, que possibilitou o início da agenda mundial de discussões ambientais, a ONU elaborou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo como objetivo coordenar as atividades inerentes à preservação do meio ambiente, além

de viabilizar o desenvolvimento sustentável (Organização das Nações Unidas, 2025).

Após duas décadas, o Rio de Janeiro sediou a “II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, também chamada de “Eco-92”, “Rio-92” e “Cúpula da Terra”, sendo realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. A Rio-92 foi organizada em dois locais principais: o Riocentro, no qual ocorreram os eventos oficiais, e o Aterro do Flamengo, onde realizou-se o Fórum Global. Este fórum foi o ponto de encontro e debates de representantes nacionais e internacionais, de entidades públicas e privadas, além da sociedade civil e organizações não-governamentais (Organização das Nações Unidas, 2025).

No Fórum Global, diversos eventos foram realizados, desde exposições até caminhadas em prol da preservação da natureza. Um em específico, o Global 500, ocorreu no dia 6 de junho no Theatro Municipal no Rio de Janeiro e premiou indivíduos e organizações por suas conquistas ambientais (Global 500, 2014).

A Rio-92 trouxe muita visibilidade para o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, que em 1992 foi o cenário para grandes debates acerca da conscientização mundial sobre o meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável nacional e internacional. O Brasil tornou-se assim o símbolo reconhecido até os dias atuais, marcado pela mobilização global em prol do Planeta.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ajudou o Brasil a ter reconhecimento como um país capacitado para liderar questões ambientais e para estabelecer o conceito de desenvolvimento sustentável (Barros-Platau, 2011).

Podemos destacar a participação do Brasil na Rio-92 por meio dos representantes deste governo, cabe ressaltar que, a prefeitura do Rio de

Janeiro, à época, estava na gestão do prefeito Marcello de Alencarⁱⁱ.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, gerou uma quantidade significativa de documentos oficiais produzidos pela gestão municipal, estadual e federal, além de Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades privadas e sociedade civil. Dentre os documentos, encontram-se: legislação federal; legislação municipal; relatórios feitos por órgãos ligados à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro; projetos, livros voltados à temática ambiental, artigos, jornais da época entre outros.

O dito e o não-dito

A lente teórica nos faz enxergar o documento sob outro prisma, outro viés. Por vezes um documento pode dizer muito mais que seu escrito, o implícito pode revelar informações que seu objeto não cita. Por isso, o contexto social e econômico em que ele foi produzido é essencial para compreender alguns discursos.

Michel Foucault (2014), discute com os conceitos do dito e não-dito, isso dentro de uma rede de elementos que inclui leis, instituições, discursos, práticas, etc. O dito é o enunciado, são as palavras, o discurso proferido ou escrito. O não-dito é o que está por detrás, o oculto, mas que pode ser entendido em uma rede de sentidos, aquilo que ganha outro significado dentro de uma rede de informações e relações de poder (Foucault, 2014). O não-dito é o que está fora do campo do enunciado, pode estar impossibilitado por diversas questões, políticas, sociais, diplomáticas, históricas, etc.

[...] suponho que em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus

poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2014, p. 8-9).

Foucault (2014), também alerta que não importa o que fala, mas quem fala e de onde fala, segundo a posição em que se ocupa. Para ele, o autor do texto ou fala não deve ser entendido apenas como o pronunciante, mas “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de duas significações, como foco de sua coerência” (Foucault, 2014, p. 25).

Essas reflexões fundamentam a escolha metodológica deste artigo, que investiga o documento por meio de sua análise. Tendo em vista que o documento tem mais significados além do que está registrado, consideremos aqui mais que o conteúdo explícito do discurso do ex-prefeito da cidade, mas o que está implícito, relacionando com o contexto histórico, político, social e ambiental de sua produção/criação.

A análise busca compreender as limitações, intenções e possibilidades presentes no documento, assim como os silêncios que o atravessam. A metodologia proposta visa valorizar uma leitura crítica do objeto, permitindo uma compreensão maior e profunda de seus discursos.

Metodologia

Este artigo analisa um documento escolhido que faz parte do fundo Rio-92, que se encontra no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Trata-se da minuta do discurso do ex-prefeito Marcello de Alencar, para a entrega do prêmio Global 500, evento parte do Fórum Global 92. Para isso, fizemos uma análise desta minuta.

O texto foi inicialmente examinado com o objetivo de identificar temas centrais e palavras-chave relevantes. Esses elementos serviram de base

para orientar a revisão de literatura e a seleção dos autores. A partir das contribuições desses autores, foram desenvolvidas a análise da minuta do discurso do ex-prefeito.

Para a análise, o discurso foi dividido em três temáticas: responsabilidade social e sustentabilidade; ecofascismo e desigualdade social; e a internacionalização da Amazônia e a soberania nacional.

No âmbito da temática a responsabilidade social e sustentabilidade, os trechos selecionados serviram para aprofundar os questionamentos sobre esses conceitos no âmbito social. No tema ecofascismo e desigualdade social, apresentamos a interação entre esses temas e os resultados da divisão desproporcional de recursos. Na temática internacionalização da Amazônia e soberania nacional, alertamos para o não-dito no discurso do ex-prefeito: o discurso oportunista de internacionalizar a Amazônia com o pretexto de responsabilidade ambiental.

O documento foi analisado observando a construção do texto no que se refere a Conferência sobre a preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Foram evidenciadas as partes mais relevantes deste discurso, conforme a seguir.

Análise da minuta do discurso do ex-prefeito Marcello Alencar no Fórum Global 92ⁱⁱⁱ

O documento a ser analisado trata-se de um discurso redigido pelo ex-prefeito Marcello Alencar, em junho de 1992, para o evento ocorrido simultaneamente à Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, o Global 500. Apesar de ter sido redigido, não foi possível confirmar se o discurso de fato foi proferido ou não. Não encontramos informações em periódicos que pudessem confirmar se, de fato, o ex-prefeito proferiu a fala, mas o documento atesta em sua materialidade a

intenção de realizá-la.

A reflexão envolve esmiuçar as temáticas apresentadas no enunciado do texto, que aborda as causas e consequências da exploração desordenada dos recursos naturais, frente ao desenvolvimento econômico e social, procurando de forma gradativa conscientizar sobre a relevância da preservação do meio ambiente e a busca por alternativas sustentáveis, além de reforçar a soberania nacional sobre o território da Amazônia.

Responsabilidade social e sustentabilidade

Vinte anos depois de Estocolmo, homens de boa vontade e lideranças vindas de todos os quadrantes finalmente se encontram para rematar o diálogo que deflagrou inédito e irreversível processo de questionamento da presença do gênero humano no planeta (Alencar, 1992, p. 1).

Alencar (1992) inicia seu discurso com uma retomada de discussões iniciada décadas antes, em Estocolmo em 1972 e com o Relatório Brundtland^{iv}, em 1987. O tema meio ambiente humano, previamente utilizado em Estocolmo, se transformou em meio ambiente e desenvolvimento.

O político dá continuidade ao seu discurso recitando as ideias de Mahatma Gandhi^v (1869-1948), no cuidado e no uso dos recursos naturais, em que todas as pessoas deveriam ter consciência coletiva e particular para conservar o meio ambiente e o planeta Terra.

Solicitando a colaborar no texto da “Declaração dos Direitos do Homem” o sábio Gandhi sugeriu então que se redigisse, ao mesmo tempo, uma declaração dos seus deveres capaz de afirmar as responsabilidades globais e individuais de todos os seres humanos (Alencar, 1992, p. 1).

No discurso, o ex-prefeito acrescenta ao seu texto uma breve menção a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão^{vi}. Este trecho do discurso expressa, que o indivíduo em sua coletividade deve ter competência para anunciar os deveres “globais” e “individuais” (Alencar, 1992, p. 1). Ou seja, a espécie humana, todas as pessoas, devem ter responsabilidades com os bens naturais que a Terra dispõe e preservá-los para as próximas gerações.

Agora, no limiar do terceiro milênio, cumpre firmar o compromisso indutor das ações concretas e eficazes no reassumir das responsabilidades do estar na Terra, e dos indeclináveis deveres que lhes corresponde, no presente e face às gerações futuras (Alencar, 1992, p. 1).

Aqui, Alencar (1992) reforça o compromisso com a preservação citado anteriormente. Compromisso esse que deve ser constante, a longo prazo e que historicamente, sempre esteve presente nas relações humanas. A espécie humana sempre manteve uma relação próxima da natureza, e sempre a viram como meio de subsistência e de sobrevivência da espécie humana (Lago; Pádua, 1984). Após a Revolução Industrial (final do século 18)^{vii}, essa relação fragilizou-se devido à degradação do meio ambiente frente à insustentabilidade dos modos de produção atuais, colocando em risco o futuro do planeta e por consequência, o início de uma crise ecológica (Lago; Pádua, 1984).

O planeta Terra pode ser visto como um sistema complexo dividido em partes menores que estão interligadas e que interagem entre si. Por sua vez, essas subdivisões abrigam ecossistemas como as florestas, oceanos, desertos, entre outros, com riquezas de biodiversidades como a fauna, flora, os seres humanos, que compõem a vida como conhecemos em nosso Planeta. O meio ambiente é o fator primordial que interfere diretamente no bem-estar de todos os seres vivos, fornecendo recursos naturais necessários à manutenção e evolução das espécies, influenciando

tanto na qualidade de vida quanto na estabilidade de nosso planeta (Ramos; Nogueira; Lima, 2021).

Pensando no impacto severo no meio ambiente causado pelas ações de exploração descontrolada dos recursos naturais, podemos evidenciar o desequilíbrio ecológico, a diminuição ou desaparecimento de biodiversidade, além da aceleração do aquecimento global (Ramos; Nogueira; Lima, 2021).

Reforçar esse compromisso de preservar e afirmar que a responsabilidade de preservação é dever da humanidade como um todo está em consonância com a declaração^{viii} produzida na Conferência da Rio 92, que tem entre seus princípios: o ser humano como ponto central do desenvolvimento sustentável, a noção de que os países têm soberania para explorar os próprios recursos naturais de forma responsável, e que esse desenvolvimento deve atender às necessidades ambientais das gerações presentes e futuras.

Ecofascismo e desigualdade social

Um novo relacionamento com o nosso orbe, onde nós descobrimos, pobres ou desenvolvidos, Norte ou Sul, indissolivelmente ligados por um destino comum, plantea uma ética internacional superadora das perversões geopolíticas, fundada na solidariedade. Este é o ponto de partida na busca de uma paz que só o desenvolvimento para todos será capaz de realizar (Alencar, 1992, p. 1-2).

Nota-se, que nesse trecho do discurso está explícita a preocupação com questões que envolvem a desigualdade social e a distribuição de riqueza da época. Este trecho trata da necessidade de vencer os obstáculos moldados pela geopolítica internacional utilizando os princípios éticos,

buscando a equidade social e vislumbrando a harmonia dentro de um contexto social onde todos alcancem a paz duradoura do progresso.

Nesse sentido, foi abordado de maneira utópica uma possível solução para um problema que perdura há séculos. Já se passaram 33 anos desde 1992, constatamos que ocorreram grandes mudanças em nosso modo de vida, em virtude do desenvolvimento tecnológico, entretanto, ainda nos deparamos com cenas lamentáveis de desproporção da distribuição de renda no Brasil e no mundo. Esse fator gera desaceleração do crescimento e estagnação econômica. Conforme Ribeiro:

Falar de desigualdade social é lidar com um cenário complexo e, infelizmente, plural. A desigualdade social se manifesta na distribuição de renda, no acesso à Educação, nas políticas de Saúde e, até mesmo, no quanto de impostos são pagos por cada um. Portanto, quando um dado aponta elementos dessa desigualdade, ele escancara a necessidade de um conjunto de políticas públicas (Ribeiro, 2024)

Observa-se que as intenções do discurso não refletem a realidade da sociedade brasileira. As políticas públicas implementadas, vêm apresentando poucos resultados ou até a ineficiência destes programas, que não suprem as necessidades diárias do cidadão como por exemplo: educação, saúde e segurança, requisitos básicos do direito constitucional. De acordo com o artigo 6 da Constituição Federal de 1988:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, p.18).

Alencar (1992) aponta a questão da luta pela desigualdade social, em um mundo em que uma minoria da classe dominante possui muitos recursos econômicos, enquanto o restante da sociedade carece de direitos básicos, como: educação, moradia e saneamento básico; apontadas na Constituição de 1988 e que são essenciais ao combate à desigualdade social

Repensar o mundo, restaurá-lo pelo definitivo banimento dos riscos e catástrofes ambientais, reconstruir nossos sistemas predatórios de produção e de consumo voltados para o desperdício, redistribuir as benesses do progresso, da ciência e da tecnologia monopolizadas por uns poucos e dirigidas para o lucro e para as indústrias da morte, resgatar a dignidade humana de milhões de pessoas marginalizadas, famintas e doentes são os mais urgentes e inarredáveis deveres dos países, povos e organizações realmente dispostos a resolver o dilema da sobrevivência que se propõe a toda a humanidade (Alencar, 1992, p. 2).

Esse fragmento da minuta do discurso, dá continuidade à discussão sobre a forma de exploração dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, e evidenciando o consumismo de bens supérfluos, ou seja, alerta para o descontrole da sociedade do consumo (Belletti; Bette, 2016).

No trecho do discurso, “Repensar o mundo, restaurá-lo pelo definitivo banimento dos riscos e catástrofes ambientais, reconstruir nossos sistemas predatórios de produção e de consumo voltados para o desperdício...” (Alencar, 1992, p. 2), vemos aqui o desejo de proteção e preocupação com o futuro, que o leva a imaginar um presente com mudanças significativas apresentando os três elos de corrente de destruição do planeta: exploração/ produção/ consumismo. Os riscos iminentes ao meio ambiente são causados por inúmeros fatores, dentre eles: os resíduos tecnológicos, a emissão de gases tóxicos e aumento exploratório dos recursos naturais como a água potável, que é muito

utilizada no processo de resfriamento dos equipamentos dos bancos de dados (Rodríguez Reséndez, 2024). No trecho abaixo, demonstra o valor e respeito pela vida.

O compromisso com a Vida, o supremo valor desse humanismo, sua ideia-força, nos impele a ações radicais, mas o risco duma absolutização fetichizadora impõe-nos o dever de conduzir sempre nossas ações no quadro das liberdades democráticas (Alencar, 1992, p. 4).

Basicamente, toda e qualquer ação que tenha como objetivo principal a preservação da vida humana e do meio ambiente deve ser desenrolada por meios legais e democráticos. Isso é posto como valor supremo da humanidade, como indicado pela Declaração de Estocolmo em seu parágrafo 6º), “a defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade” (Organização das Nações Unidas, 1972, p.2).

A história das civilizações está pontilhada de grandes e belos ideais desvirtuados, e o movimento ecológico, moral e politicamente também há de precaver-se das tentações extremistas. Os inquietadores sinais de algumas distorções, de cunho até racista, têm sido denunciados como manifestações, de “ecofascismo” por eminentes pensadores e homens públicos: sempre haverá que separar o joio do trigo e aprender as lições da História (Alencar, 1992, p. 3).

Aqui, o ex-prefeito busca demonstrar que, ao longo da história, ideais ultrapassados e racistas foram usados como pretexto para uma preservação ambiental voltada para o bem de um pequeno setor da sociedade.

O ecofascismo, também chamado de fascismo ambiental, pode ser

conceituado como uma ideologia que funde o ambientalismo e o autoritarismo, promovendo a ideia de que a preservação ambiental justifica o controle populacional e a exclusão de certos grupos (Simões, 2023). Essa lógica ecoa a ideologia nazista expressa no *Lebensraum*^{ix} (espaço vital) e no princípio de *Blüt und Boden*^x (sangue e solo), que romantizavam a suposta pureza racial e a fertilidade da terra, justificando assim a expansão imperialista e o genocídio sob pretextos ecológicos e nacionais (Vitte, 2017).

O surgimento do conceito pode ser datado no começo do século passado, nos ideais nazifascistas e sua política ambiental. Para os ecofascistas, o Estado-nação deveria ser o protetor da natureza, pois esta representava sua moradia, a *Heimatschutz*^{xi}, da civilização alemão e o guardião da sua pureza (Rollins, 1997). Isso fez com que a proteção ambiental se tornasse fundamental para a manutenção da existência da civilização alemã e a exclusão de outras civilizações (Vitte, 2017).

A internacionalização da Amazônia e soberania nacional

A Amazônia brasileira tem sido um eloquente repositório de ensinamentos para a nossa consciência nacional; há cento e cinquenta anos centros hegemônicos, sob os mais diversos pretextos e meios, tentam apossar-se dessa região, o maior banco genético do mundo (Alencar, 1992, p. 3)

Nessa parte, o ex-prefeito manifesta o anseio pela proteção da maior floresta do mundo que abarca uma riqueza imensa em biodiversidade e ecossistemas que abrigam várias espécies de animais, plantas e microrganismos e muitos que ainda não foram descobertos, além de minerais como o urânio, nióbio, que podem ser usados como artefatos para armas nucleares (Teixeira et al., 2024). Hoje essa região abriga 30% da biodiversidade do Planeta, é a maior bacia de água doce e também um

terço das florestas latifoliadas do mundo (Superinteressante, 2016). A maior parte desse tesouro vivo está situado no território brasileiro.

A Amazônia é um patrimônio brasileiro, conhecido como um tesouro a ser protegido e estudado pela sua biodiversidade e ecossistemas complexos nesse território. De fato, o interesse em nosso país é pelas inúmeras espécies desses ecossistemas, riquezas minerais e os benefícios que podem proporcionar à sociedade, sendo colocadas nas pautas dos estudos nacionais e internacionais (De Negri, 2024). Isso ficou implícito no discurso do ex-prefeito Marcello Alencar, defendendo a soberania nacional e criticando o oportunismo de países que são os maiores poluentes. É válido aqui lembrar que os Estados Unidos da América, representados na figura de seu ex-presidente, George Bush, não assinaram o documento da Convenção sobre a biodiversidade na Rio-92 e se recusou a destinar 0,7% do PIB de seu país para projetos ambientais (Folha de São Paulo, 1992). Pode-se dizer que o olhar do mundo está sobre a Amazônia.

Não nos surpreende, por isso, a reedição da empresa intervencionista imperial, agora embuçada, na preservação ambiental, como se estes países não se alinhassem entre os grandes poluidores da Terra e graves atentados ambientais não fossem cometidos dentro de suas próprias fronteiras (Alencar, 1992, p. 4).

Neste trecho, Alencar (1992) procura apontar a hipocrisia com a qual os países que mais emitem gases poluentes (Tabela 1) na atmosfera tratam a agenda ambiental sem apontarem para uma das principais causas das consequências climáticas: os passivos ambientais em seus respectivos territórios. Sejam a poluição feita por suas próprias indústrias ou desastres ambientais, como acidentes nucleares, como o de Chernobyl (Gonçalves, 2017) e da Pensilvânia (Gonçalves, 2017) e, vazamentos de gases e líquidos tóxicos no meio ambiente, como os de Bhopal e do Navio Exxon Valdez (Gonçalves, 2017).

Tabela 1- Maiores emissores de gases poluentes entre os anos de 1958 e 1992. Unidade de medida^{xii} em MtCO₂e.

	1958	1970	1980	1992
Estados Unidos	2.91 Gt	4.64 Gt	5.04 Gt	5.18 Gt
União Europeia	2.08 Gt	3.53 Gt	4.24 Gt	3.68 Gt
China	884.00 Mt	823.00 Mt	1.51 Gt	2.75 Gt
Rússia	541.00 Mt	1.64 Gt	2.37 Gt	1.97 Gt
Japão	193.00 Mt	822.00 Mt	1.01 Gt	1.18 Gt
Índia	105.00 Mt	203.00 Mt	320.00 Mt	708.00 Mt
Coreia do Sul	9.34 Mt	55.40 Mt	138.00 Mt	300.00 Mt
Irã	31.30 Mt	112.00 Mt	144.00 Mt	271.00 Mt
Brasil	45.60 Mt	121.00 Mt	213.00 Mt	245.00 Mt
Indonésia	23.00 Mt	34.90 Mt	92.60 Mt	182.00 Mt

Fonte: Elaborada pelas autoras com base em Climate Watch, 2025.

Como mencionado na citação anterior, podemos entender que a pauta ambiental estaria sendo usada como um pretexto para relativizar a soberania brasileira sobre o próprio território e intervir no mesmo sob a “desculpa” de um bem maior. Convém lembrar que a soberania estatal está presente na Carta Magna como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
I - a soberania; (Brasil, 1988, p. 1)

O alerta que Alencar (1992) tenta fazer com esse trecho é do risco de que a proteção ambiental seja apropriada por interesses geopolíticos para usurpar autonomia de outros países, menos desenvolvidos em sua maioria, reproduzindo antigos padrões de dominação, como dito anteriormente. Assim, exige-se uma nova ordem internacional mais justa, onde a autonomia dos Estados seja respeitada, ao mesmo tempo em que se busca um compromisso real com a sustentabilidade.

Considerações finais

A análise da minuta do discurso escrito pelo ex-prefeito Marcello de Alencar para o evento Global 500, parte do Fórum Global 92, realizado no dia 06 de junho de 1992 no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, evidenciou temas importantes à época e atualmente. Após 33 anos, desde a elaboração do discurso, que caracteriza um desabafo e ao mesmo tempo um importante alerta mundial sobre o risco do esgotamento dos recursos naturais, diante das atividades socioeconômicas exploratórias sem princípios regulatórios fiscalizatórios eficazes. Percebe-se que atualmente, mesmo com toda legislação, fiscalização e conscientização acerca da temática sofremos perdas irreparáveis, tanto em nossos ecossistemas como também em níveis globais.

O discurso deixa evidente um compromisso com a responsabilidade social, ambiental e a necessidade de uma ética internacional com base na solidariedade no combate às desigualdades sociais e proteção ao meio ambiente. Ao mesmo tempo, o texto revela o não-dito por trás da defesa da soberania nacional do território da Amazônia, denunciando o oportunismo internacional que utiliza a pauta ambiental como subterfúgio para fins ocultos relacionados aos recursos naturais.

A análise crítica da minuta do discurso elaborado pelo ex-prefeito, reforça que a proteção do meio ambiente deve ser conduzida respeitando os princípios democráticos e com respeito à autonomia dos Estados, buscando uma nova ordem internacional mais equilibrada e justa, combinando responsabilidade ambiental com soberania nacional. O discurso de Marcello Alencar ressalta a importância desse documento para a memória da cidade do Rio de Janeiro e também permanece relevante para entender o contexto e dilemas não apenas de sua época, mas também dos tempos atuais.

ANEXO

TEXTO PARA PRONUNCIAMENTO DO PREFEITO
MARCELLO ALENCAR
NA ABERTURA OFICIAL
DO “FÓRUM GLOBAL 92”
6 DE JUNHO DE 1992
TEATRO MUNICIPAL

SENHORAS E SENHORES

Vinte anos depois de Estocolmo homens de boa vontade e lideranças vindas de todos os quadrantes finalmente se encontram para rematar o diálogo que deflagrou inédito e irreversível processo de questionamento da presença do gênero humano no planeta.

Solicitado a colaborar no texto da “Declaração dos Direitos do Homem”, o sábio Gandhi sugeriu então se redigisse, ao mesmo tempo, uma declaração dos seus deveres capaz de afirmar as responsabilidades globais e individuais de todos os seres humanos. Agora, no limiar do terceiro milênio, cumpre firmar o compromisso indutor das ações concretas e eficazes no reassumir das responsabilidades do estar na Terra, e dos indeclináveis deveres que lhes corresponde, no presente e face às gerações futuras.

Um novo relacionamento com o nosso orbe, onde nos descobrimos, pobres ou desenvolvidos, Norte

ou Sul, indissoluvelmente ligados por um destino comum, plantea uma ética internacional superadora das perversões geopolíticas, fundada na solidariedade. Este o ponto de partida na busca de uma paz que só o desenvolvimento para todos será capaz de realizar.

Repensar o mundo, restaurá-lo pelo definitivo banimento dos riscos e catástrofes ambientais, reconstruir nossos sistemas predatórios de produção e de consumo voltados para o desperdício, redistribuir as benesses do progresso, da ciência e da tecnologia monopolizadas por uns poucos e dirigidas para o lucro e para as indústrias da morte, resgatar a dignidade humana de milhões de pessoas marginalizadas, famintas e doentes são os mais urgentes e inarredáveis deveres dos países, povos e organizações realmente dispostos a resolver o dilema da sobrevivência que se propõe a toda a humanidade.

É imperativo destacar, a par dos esforços da ONU, das lideranças e dos pensadores das mais diversas correntes, a decisiva ação das organizações não-governamentais de todo o mundo; perseverantes no enfrentar a indiferença e corajosas no impedir os atentados ambientais, seu trabalho provocou um despertar da consciência mundial que, partindo da longínqua Suécia de Olof Palme poderá-, agora, no pujante cenário natural do Rio de Janeiro, consolidar as bases de um novo humanismo.

O compromisso com a Vida, o supremo valor desse

humanismo, sua ideia-força, nos impele a ações radicais, mas o risco duma absolutização fetichizadora impõe-nos o dever de conduzir sempre nossas ações no quadro das liberdades democráticas.

A história das civilizações está pontilhada de grandes e belos ideais desvirtuados, e o movimento ecológico, moral e politicamente também há de precaver-se das tentações extremistas. Os inquietadores sinais de algumas distorções, de cunho até racista, têm sido denunciados como manifestações, de “ecofascismo” por eminentes pensadores e homens públicos: sempre haverá que separar o joio do trigo e aprender as lições da História. A Amazônia brasileira tem sido eloquente repositório de ensinamentos para a nossa consciência nacional; há cento e cinquenta anos centros hegemônicos, sob os mais diversos pretextos e meios, tentam apossar-se dessa região, o maior banco genético do mundo.

Não nos surpreende, por isso, a reedição da empresa intervencionista imperial, agora embuçada, na preservação ambiental, como se estes países não se alinhassem entre os grandes poluidores da Terra e graves atentados ambientais não fossem cometidos dentro de suas próprias fronteiras.

Longe de ser um acaso, a escolha de nossa Cidade para esta celebração é evidentemente emblemática: abrigando a maior floresta urbana do

mundo, obra programada de reconstituição natural, antecipadora das modernas ações de ordenamento territorial e planejamento ambiental, o Rio de Janeiro se identifica como o pórtico e a síntese de nosso país, onde um povo culturalmente uno e sem conflitos raciais escreve as epopeias da preservação e da justa distribuição de suas riquezas naturais com a coragem de Chico Mendes.

Capital do mundo pelo privilégio de abrigar o mais importante conclave internacional deste Século, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Rio de Janeiro vos recebe com o fraternal abraço de boas-vindas, comungando integralmente das vossas apreensões e esperança de um futuro melhor para a humanidade no respeito ao patrimônio natural do nosso planeta, saga extraordinária de que esta Cidade — agora marco histórico para todos os povos — há de ser testemunho perene.

MUITO OBRIGADO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Decretos dos prefeitos da cidade do Rio de Janeiro**. Marcello Alencar. Rio de Janeiro: CCNLEP, 2019. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/ccnlep/marcelo-alencar>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BARROS-PLATIAU, A. F. **O Brasil na governança das grandes questões ambientais contemporâneas**. Texto para Discussão 1618, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1502/1/td_1618.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.
- BETTES, J. M.; BELLETTI, C. Sociedade de Consumo e Meio Ambiente - As Medidas Internacionais para a Promoção do Consumo Sustentável. **Revista de Direito, Globalização e responsabilidade nas relações de consumo**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 168, 8 fev. 2017. Conselho Nacional de Pesquisa e Pos-Graduação em Direito - CONPEDI. DOI: <http://dx.doi.org/10.21902/2526-0030/2016.v2i2.1359>. Disponível em: https://www.academia.edu/47760405/Sociedade_de_Consumo_e_Meio_Ambiente_e_As_Medidas_Internacionais_para_a_Promo%C3%A7%C3%A3o_do_Consumo_Sustent%C3%A1vel. Acesso em: 21 jun. 2025..
- BRASIL [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 26 jun. 2025.
- BRASIL ESCOLA. **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789**. Brasil Escola, [s.d.]. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/direito/a-declaracao-dos-direitos-homem-e-do-cidadao-de-1789.htm>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- DE NEGRI, F. A Pesquisa sobre Amazônia no mundo: uma análise bibliométrica. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, [S.L.], v. 75, p. 33-37, 29 abr. 2024. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/radar75art5>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- DOMINGO, Revista. O nosso Woodstock. **Domingo: Revista do Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 ago. 1990. p. 9-10.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Acuado, Bush

- volta a criticar pacto para preservação de espécies da Eco-92. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 0-0. 14 jun. 1992.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio.
- GLOBAL 500. **About**. Web Archive, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200528142931/http://www.global500.org/index.php/global500/about>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- GONÇALVES, D. P. Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. **Jornal da Unicamp**. São Paulo, p. 1-1. 01 dez. 2017. Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- HERMAN, A. **Gandhi e Churchill**: a rivalidade épica que destruiu um império e forjou nossa era. Rio de Janeiro: Editora Record, 2023. 826 p.
- KALLGREN, S. **Weighing Carbon**: understanding global emissions. Understanding Global Emissions. 2023. Disponível em: <https://blog.nwf.org/2023/09/weighing-carbon-understanding-global-emissions/#:~:text=The%20base%20unit%20of%20measure,done%27t%20resolve%20with%20you>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é ecologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. 112 p.
- LOVIN, C. R. Blut Und Boden: the ideological basis of the nazi agricultural program. **Journal of The History Of Ideas**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 279-288, abr. 1967. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2307/2708423>. Acesso em: 01 jul. 2025.
- MARIA, C. Anésia faltou à entrega do Global 500. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 07 jun. 1992, Caderno de Ecologia & Cidade, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2025.
- MILHORANCE, F. O que foi a Rio 92: entenda o contexto e os resultados da que foi considerada a maior conferência de meio ambiente. **O Globo**. Rio de Janeiro, 30 maio 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>. Acesso em: 02 jul. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferências | Ambiente e desenvolvimento sustentável**, 2025. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment>. Acesso em: 21 de jun. de 2025.
- _____. Assembleia Geral (AG). **Relatório da conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento**. AG Index: A/CONF.141/25 (Vol. 1), doze de agosto de 1992. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/de>

[sa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf](https://population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf). Acesso em: 30 jun. 2025.

_____. **Declaração da Conferência da ONU no Ambiente Humano**. 1972. (tradução livre). Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaração-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaração-da-Conferência-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

RAMOS, A. S. de; NOGUEIRA, E. M. L.; LIMA, R. A. Análise de estudos sobre meio ambiente e sociedade: uma revisão sistemática. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 76-92, 2021. DOI: 10.22292/mas. v10i21.986. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revista/meioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/986>. Acesso em: 1 jul. 2025.

RIBEIRO, R. J. **Editorial: Brasil e a desigualdade social planejada**. 2024. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/editorial-brasil-e-a-desigualdade-social-planejada/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

RODRÍGUEZ RESÉNDIZ, P. O. El e-archivo sustentable: una propuesta de preservación digital ante el cambio climático. **Investigación**

Bibliotecológica: archivonomía, com-nocoes-eugenistas-e-um-bibliotecología e información, [S. l.], v. 38, n. 101, p. 57-71, 2024. DOI: jul. 2025.

10.22201/iibi.24488321xe.2024.101.5892. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58922>. Acesso em: 27 jun. 2025.

ROLLINS, W. H. **A greener vision of home: cultural politics and environmental reform in the German Heimatschutz movement, 1904-1918**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1997. 344 p. DOI: <https://doi.org/10.3998/mpub.14966>

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **Nosso Futuro Comum – Relatório**. Governo de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-comum-relatorio/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SENADO FEDERAL. **Cassado em 69, Marcello Alencar foi prefeito e governador do Rio**. Senado Notícias, 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/12/18/cassado-em-69-marcello-alencar-foi-prefeito-e-governador-do-rio>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SIMÕES, A. F. Pensamento ecofascista convive com noções eugenistas e um nacionalismo extremado. **Jornal da USP**, Julia Galvão, dezesseis de outubro de 2023, São Paulo. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/pensamento-ecofascista-convive->

SUPERINTERESSANTE. Redação. Os gringos querem a Amazônia? 2016. **Revista Super Interessante**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ideias/os-gringos-querem-a-amazonia/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

TEIXEIRA, H. F. V. R.; COSTA, J. T. da; LIMA e SOUSA, L. A. de L.; SILVA, R. N. A. da. Metais da Amazônia. **Revista Ft**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 141, p. 35-36, 21 dez. 2024. Revista ft Ltda. <http://dx.doi.org/10.69849/revistaft/ch10202412210935>. Disponível em: <https://revistaft.com.br/metais-da-amazonia/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

US HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Lebensraum. **Holocaust Encyclopedia**, [s.d.]. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/lebensraum>. Acesso em: 01 jul. 2025.

VISENTINI, P. F. **Manual do candidato: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos estados unidos ao colapso da União Soviética**. 3. ed. Brasília: Funag, 2012. 283 p. Apresentação do Embaixador Georges Lamazière.

VITTE, A. C. A preservação da paisagem e a conservação da natureza no III Reich. **Confin**: Revista Franco-Brasileira de Geografia, [S.L.], n. 32, set. 2017. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confin.12287>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/12287?lang=pt#article->

Notas

ⁱ Trata-se de uma organização escrita que o mesmo ocorreu na internacional instituída em 24 de abertura do Fórum Global, é importante outubro de 1945. Ela tem por notar que no dia 6 de junho de 1992, finalidades contribuir para a no mesmo local indicado, ocorreu a manutenção da paz mundial e entrega do Prêmio Global 500, prêmio assegurar proteção aos povos de este que é conhecido como “Oscar todos os continentes, buscando verde” (Maria, 1992).

intermediar os conflitos globais, ^{iv} O Relatório Brundtland foi um propiciar assistência humanitária, relatório publicado em 1987, cunhado cumprimento das leis internacionais, pela então primeira-ministra entre outras atividades. A ONU é norueguesa Gro Harlem Brundtland, no constituída por 193 estados- âmbito da Comissão Mundial sobre membros atualmente, isto é, os países Meio Ambiente e Desenvolvimento na que são reconhecidos oficialmente ONU, que apresentou ao mundo o como independentes e soberanos, conceito de desenvolvimento salvo Vaticano e a Palestina, que tem sustentável. (Secretaria de Meio *status* de observadores da Assembleia Ambiente, Infraestrutura e Logística, Geral (Organizações das Nações 2024).

Unidas, 2025).

^v Mahatma Gandhi (1869–1948) foi o

ⁱⁱ Marcello Nunes de Alencar (1925– principal líder da independência da 2014) nasceu no Rio de Janeiro, foi um Índia, conhecido por defender a não o-político e advogado brasileiro que violência e a desobediência civil como defendeu presos durante a ditadura formas de protesto (HERMAN, Arthur, militar, suas atuações no campo da 2023).

política foram como prefeito do Rio de ^{vi} A Declaração dos Direitos do Homem Janeiro (primeiro mandato 1983–1985 e do Cidadão foi uma declaração e segundo mandato 1989–1992) e redigida em 1789, na Assembleia deputado federal (1967 mandato Nacional Constituinte da França, cassado em 1969 pela ditadura durante a Revolução Francesa, com militar). Ele também foi governador do intuito de alastrar ideias iluministas e estado do RJ entre 1995 e 1998 ajudou a desenvolver concepções em (Arquivo Geral da Cidade do Rio de torno de liberdades individuais e Janeiro, 2019; Senado Federal, 2012). democracia. (Brasil Escola, s.d.).

ⁱⁱⁱ Apesar de a minuta do discurso estar ^{vii} A Revolução Industrial foi uma

transformação que originou um novo padrão de organização social, política, econômica e cultural. Por muitos considerado o berço do capitalismo e a primeira industrialização de fato na história mundial (Visentini, 2012).

viii A Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio foi produzida durante a Conferência da Rio 92, e consiste em 27 princípios que têm a intenção de guiar os países para um futuro de desenvolvimento sustentável. Foi assinado por 175 países (Organização das Nações Unidas, 1992).

ix *Lebensraum* é um conceito em torno do espaço vital necessário para uma nação ser autossuficiente. Foi criado pelo geógrafo Friedrich Ratzel em 1901, influenciado por Darwin e o conceito de seleção natural, e foi um elemento estratégico essencial para a visão nazista na busca pela expansão geográfica (Us Holocaust Memorial Museum, s.d).

x *Blüt und Boden* pode ser conceituado como a ligação entre o sangue e o solo alemão, base ideológica do programa agrícola nazista (Lovin, 1967).

xi *Heimatschutz* pode ser traduzido literalmente como segurança interna/segurança do lar. Porém seu conceito foi mais utilizado durante a Segunda Guerra Mundial, onde foi apropriado para significar a defesa da cultura e identidade alemã (Vitte, 2017).

xii A unidade de medida utilizada na tabela equivale à tonelada métrica de dióxido de carbono, e é utilizada para quantificar emissões de gases estufas. As unidades Gt (gigatoneladas) e Mt (megatonelada) são denominadas dessa maneira por representarem, respectivamente, bilhões de toneladas métricas e milhões de toneladas métricas (Kallgren, 2023).